

Vol 17, Núm1, jan-jun, 2024, pág 12-29.

Um novo projeto societário e os desafios da EPT na Amazônia: entrevista com Gaudêncio Frigotto

A project for a new society and the challenges of EPT in the Amazon: interview with Gaudêncio Frigotto

João Maciel de Araújo
Rita Clara Vieira da Silva
Cristiangrey Quinderé Gomes
Gaudêncio Frigotto

RESUMO

Nesta entrevista, concedida por e-mail no início de 2023, mediante contato prévio da Profa. Rita Vieira durante o XII Seminário Nacional sobre Trabalho e Educação, organizado pelo Grupo de Pesquisa Sobre Trabalho e Educação (GEPTE), realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA), em novembro de 2022, o professor Gaudêncio Frigotto discorre sobre a relevância da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para o surgimento e implementação de um novo projeto societário para o Brasil. Além de se debruçar sobre os significados de temas que àquela altura movimentavam o debate público, a partir de sua vasta experiência e conhecimento teórico e prático acerca da educação no país, Gaudêncio Frigotto formula ideias que expõem as possibilidades de uma EPT a partir e para as populações amazônicas. Gaudêncio Frigotto é doutor em Educação: História, Sociedade e Política. Professor Titular em Economia Política da Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF), atualmente professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPF), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Amazônia; Gaudêncio Frigotto.

ABSTRACT

In this interview, given by email at the beginning of 2023, upon prior contact with Profa. Rita Vieira during the XII National Seminar on Work and Education, organized by the Research Group on Work and Education (GEPTE), held at the Federal University of Pará (UFPA), in November 2022, professor Gaudêncio Frigotto talks about the relevance of Education Professional and Technological (EPT) for the emergence and implementation of a project for a new society for Brazil. In addition to focusing on the meanings of themes that at that time were moving the public debate, based on his vast experience and theoretical and practical knowledge about education in the country, Gaudêncio Frigotto formulates ideas that expose the possibilities of an EPT from and for the Amazonian populations. Gaudêncio Frigotto has a doctorate in Education: History, Society and Politics. Full Professor in Political Economy of Education at the Universidade Federal Fluminense (UFF), currently Associate Professor in the Postgraduate Program in Public Policies and Human Training (PPF), at the State University of Rio de Janeiro (UERJ).

Keywords: Professional and Technological Education; Amazon; Gaudêncio Frigotto.

INTRODUÇÃO

Gaudêncio Frigotto é, certamente, um dos intelectuais mais influentes no debate sobre Educação no Brasil. Com larga experiência acadêmica, seja como professor, orientador da Pós-graduação, pesquisador, conferencista e autor de diversos trabalhos de referência para quem discute Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (EPT), Gaudêncio Frigotto se notabiliza por conciliar rigor científico e engajamento em defesa de uma educação pública de qualidade para os grupos sociais historicamente excluídos e explorados pelas elites econômicas do país. Em sua produção bibliográfica, além da publicação de artigos em diversos periódicos especializados, destacam-se os livros *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista* (Editora Cortez, 1984) e *Educação e a crise do capitalismo real* (Editora Cortez, 1995). Também organizou diversas publicações de coletâneas, entre elas, *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e projeto societário de desenvolvimento* (Edição da UERJ/LPP, 2018), dedicado a discutir o surgimento e crescimento dos Institutos Federais como espaços de inclusivos de educação pública de qualidade. Nesta entrevista, realizada por e-mail em janeiro de 2023, o professor Gaudêncio Frigotto aceitou nosso pedido e discorreu sobre os desafios da EPT na Amazônia. Nas respostas aos sete pontos formulados e ordenados exclusivamente por nós, o leitor se deparará com sua peculiar acuidade na percepção dos fatos políticos passados e recentes e também com a consistência e coerência teórica de seu argumento em defesa da educação pública de qualidade, fruto de anos de reflexão. Em nome de toda a comunidade acadêmica do IFAM Campus Humaitá, registramos aqui nossa gratidão ao professor.

1. O senhor poderia fazer um resumo sobre sua formação intelectual e atuação profissional?

Fazer um breve inventário de minha formação intelectual e profissional me remete ao memorial que escrevi para a defesa de professor titular na Universidade Federal Fluminense. Nele busquei responder à questão de quais foram as mediações que me permitiram transitar do mundo rural, sétimo filho de uma família de nove irmãos, para o que me tornei até hoje. Uma travessia de muitas mediações e que confronta a ideologia da meritocracia muito em voga atualmente.

Fiz um excelente clássico/científico no internato de uma ordem dos frades Capuchinhos. Sai da escola unidocente do campo, para uma instituição complexa que tinha como objetivo formar intelectuais dirigentes dentro da Ordem destes frades. Completei o que seria hoje o Ensino Fundamental e fiz o antigo ensino Secundário (hoje denominado de médio), quando sai do internato. No ensino secundário frequentei, ao mesmo tempo, o clássico e científico. O primeiro, centrado no domínio de línguas (Latim, Grego, Português (até os sete anos fala dialeto do norte da Itália), Italiano, Espanhol, Francês e Inglês), com menos ênfase, literatura, história, cultura geral, música clássica, oratória, esportes e o segundo, centrado na matemática e nas ciências da natureza (biologia, física, química), etc. Havia um tempo de trabalho social produtivo nas hortas ou chácaras ou nas atividades domésticas. Diria hoje, uma prática formativa fundamental para internalizar o princípio educativo do trabalho socialmente necessário à vida de qualquer ser humano. Isto se distingue radicalmente da exploração do trabalho infantil.

Portanto, um currículo que me facultou o entendimento de como funcionam, na expressão de Antônio Gramsci, a sociedade humana (*societas hominum* a sociedade das coisas (*societas rerum*). Esta é a materialidade de formação que me permitiu transitar do mundo restrito do “ser colono”, ao mundo do trabalho intelectual como profissão. O mundo da roça negava e ainda nega até hoje a milhões de crianças, uma educação de qualidade. Dos 22 colegas da escola unidocente Borba Gato, que fiz no interior do Rio Grande do Sul, só um completou o que seria atualmente o ensino médio e outro o fundamental. Igualmente, das três irmãs e outros cinco irmãos, somente a mais nova fez faculdade, mas os demais só fizeram as quatro séries iniciais. A ideologia da meritocracia, sem olhar as determinações sociais e, mesmo da região ou local de moradia onde não se oferecia senão até o quarto ano, atribui o não prosseguir os estudos por falta de mérito. Este traduzido pelo esforço individual, ocultando que este conta sim, mas quando se dão as condições como eu as tive.

Com a base que o internato me facultou me graduei em Filosofia pela hoje Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI/RS (1971), e em Pedagogia pela UNIJUI (1973). Antes de entrar para o mestrado fiz um curso de Pós-graduação, *lato sensu*, por um ano, sobre, *Os problemas do pensamento humano: os mitos de origem e do fim do ser humano*. Um mergulho em antropologia, história antiga, concepções religiosas as mais diversas e que indicam serem fenômenos sociais e, portanto, diversos de ter fé ou não num ente divino e do destino humano. Em 1974 comecei o mestrado em

Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro e o conclui em 1977. Em 1979 iniciei o doutorado em *Educação: História, Política, Sociedade* - pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob a orientação de Dermeval Saviani e o conclui em 1983. Esta linha de estudos na PUC era coordenada por Dermeval Saviani e demarcou a inauguração do espaço de formação mais avançado na formação de educadores e pesquisadores do pensamento social e educacional crítico no Brasil

Profissionalmente comecei trabalhando como professor na UNIJUI 1972/1973). Como mestrando atuei, no turno no turno, do Curso de Pedagogia da Universidade Santa Úrsula, de 1975 a 1978. Terminado o mestrado fiz um concurso interno na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro para atuar no Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE), onde havia feito meu mestrado. Vale ressaltar que o IESAE impressa uma contradição enfrentada pela ditadura civil militar de 1964.

Com efeito, a partir da morte do Presidente Castelo Branco a ditadura assumiu uma opção de linha dura, como a história nos mostra. E foi na FGV do Rio de Janeiro que se criou, inicialmente, um Centro de Pesquisa, onde seriam acomodadas personalidades, como a do ex Ministro da Educação, por um curto período no governo de Castelo. Branco, Raymundo Muniz de Aragão. Igualmente, para acomodar intelectuais indigestos à ditadura, mas que a mesma não teria condição de prendê-los, como Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiros Mendes. Com a criação da Pós-graduação *stricto sensu* em 1973, aos poucos foram sendo incorporados professores de diferentes perspectivas do campo crítico das ciências humanas e sociais: Maria Julieta Calazans, Luiz Antônio Cunha, Osmar Fávero, Elter Maciel, Carlos Plastino, Cândido Gryzybowski, inclusive eu. OIESAE, paradoxalmente, foi fechado no início do governo de Fernando Collor de Mello.

Atuei de 1978 a 2009 no IESAE, mas já trabalhando, também, desde 1985 na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde fiz concurso para professor titular em Economia Política da Educação e atuei, com dedicação exclusiva, até me aposentar em 2002. No período que atuei no IESA coordenei um projeto nacional de formação de professores para atuarem em cursos de formação de engenheiros de curta duração durante vários anos. Isto me permitiu ter uma visão da riqueza da diversidade cultural do Brasil, mas, também, das desigualdades regionais profundas. No período em que atuei na UFF, coordenei a Pós-graduação em Educação e por quatro anos representei Brasil no Conselho Latino Americano

de Ciências Sociais (CLACSO). Isto me facultou conhecer a maioria dos países da América Latina. De 2002 até fevereiro de 2022 trabalhei como professor na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), particularmente no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) e no Laboratório de Políticas Públicas (LPP).

Desta longa resposta, que de certa forma embasa e me permite ser mais breve nas repostas seguintes, gostaria de realçar dois aspectos. O primeiro nos indica que aplicar o critério de meritocracia, numa sociedade tão desigual socialmente e na oferta desigual na qualidade da educação como a brasileira não é apenas um cinismo, um falsificar a realidade, mas uma desumanidade. A luta aqui é para enfrentar as desigualdades sociais e, mediante políticas públicas como a das cotas, dar oportunidade aos socialmente desiguais. Não se trata de qualquer educação. Permito-me aqui citar o grande batalhador na defesa da escola pública, Florestan Fernandes, para sinalizar de que educação necessitamos para os filhos e filhas da classe trabalhadora.

A pedagogia volta a ser a chave para a decifração do nosso enigma histórico. O que a Constituição negou, o povo realizará. Mas ele não poderá fazê-lo sem uma consciência crítica e negadora do passado, combinada a uma consciência crítica e afirmadora do futuro. E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da “educação para um mundo em mudança”, mas sim da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores”. (FERNANDES, Florestan, *O desafio educacional*. São Paulo, Expressão Popular, 2020, p.29)

O segundo aspecto, é que a travessia para a cidadania política e econômica se constrói especialmente no ensino médio, que dá as bases para o entendimento de como funcionam as relações sociais e o mundo da natureza. E isto demanda bases materiais que vão da formação, tempo integral do professor numa só escola para conhecer e dedicar-se aos jovens com mais dificuldade, carreira docente e demais profissionais que atuam no chão da escola, a biblioteca, laboratório de ciências, informática, espaço para arte e esporte. Sob estas bases materiais uma concepção de formação onde os professores ensinam e educam, como sublinhava, uma vez mais, Florestan Fernandes em suas análises no livro acima citado. Ensinar que é, sobretudo, despertar no jovem a curiosidade de pesquisar, de duvidar, de buscar explicações além do aparente. E educar, que implica que o projeto educativo da escola e a atitude dos professores não neguem aos jovens o debate das grandes questões que lhes dizem respeito na sua

formação e na construção de seu futuro. E o que vemos, lamentavelmente, é que a contrarreforma do ensino médio caminha numa direção oposta, esvaziando o currículo das bases que lhes permitem entender e atuar nas relações sociais e preparar-se para o trabalho complexo.

2) Considerando todo o tempo em que o senhor estuda/pesquisa e participa dos debates sobre política educacional no Brasil, o que o senhor destacaria, em termos de processos, ou acontecimentos, como uma singularidade do período recente (a partir de 2015)? Qual destes processos/acontecimentos seria o mais significativo do período e por quê?

A história, de fato não se entende por datas, estas demarcam fatos que alteram para pior ou para melhor a vida das pessoas. Destaco do período indicado na pergunta dois fatos que implicaram profunda regressão social, aumento da pobreza, desagregação social e liquidação do sentido do trabalho público, de educação e escola pública e um fato que nos permitirá, não sem luta, desafios e contradições a renascer das cinzas.

O primeiro e reedição da estratégia histórica da classe dominante brasileira de promover golpes ou ditaduras toda vez que há avanços nas conquistas populares, por menores que sejam, mas que ameaçam seus privilégios. O último golpe de Estado, de caráter político, midiático e policial, se fez mediante os movimentos de rua, a partir de 2014 especialmente, na onda mundial de desestabilizar governos progressistas, foi o que aconteceu com o golpe de Estado contra a presidente Dilma Rousseff pelo cínico argumento de “pedalada fiscal”.

Em poucos meses foram sendo postas em prática, pelo traidor vice-presidente, na condição de presidente, Michel Temer, as contrarreformas para completar o ciclo da década de 1990. E não por acaso a primeira, foi a do ensino médio. Alguns meses apenas como Medida Provisória e logo depois como Lei. Isto se explica porque a mulher forte dos oito anos de Ministério da Educação do ministro Paulo Renato de Souza, Maria Helena Guimarães de Castro, foi alçada a Secretária Geral do MEC do governo golpista. Tudo estava pronto. Vale dizer, o que não conseguiram aprovar no período de Paulo Renato porque havia forte resistência social organizada, desengavetaram no golpe. Mas o golpe completou com as demais contrarreformas o desmanche da esfera pública, espaço dos direitos sociais e subjetivos universais.

O segundo fato, mais regressivo e de consequências de longo prazo, foi o erro de cálculo político da inteligência do golpe de 2016, nas eleições de 2018. Articuladores do golpe de 2016, se viram sem possibilidade de ganhar as eleições em 2018 e, no segundo turno, acabaram apoiando (ou fazendo corpo mole) o candidato que se sabia que era da insensatez e da insanidade. Para isso houve a necessidade de impedir a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva mediante a famigerada e cínica operação Lava Jato.

Sobre os quatro anos de governo Jair Messias Bolsonaro, o leitor, honesto intelectual e moralmente, não precisa aqui de muitas explicações. O que vimos de desmonte das universidades públicas, Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia (IFs), saúde pública, negacionismo da ciência, atitude cínica e de deboche frente à dor das mortes na Covid-19, culto às armas, postura homofóbica, misógina e racista, a violência organizada de 8 de Janeiro de 2023 e, agora, o que vemos estarecidos com a dizimação genocida do povo Yanomami, fala por si. Em todo este processo alimentou-se as forças de extrema direita e encolheram as forças políticas de centro direita e direita dando ao insano governante Bolsonaro quatro anos para formar seu exército de seguidores fanáticos sob teses e ações nazifascistas. Em síntese, um governo desagregador da sociedade e dos direitos humanos elementares mediante o fundamentalismo econômico, político e religioso. Uma regressão social civilizatória e humana sem precedentes.

A história prega peças. O retorno à presidência da república tem Luiz Inácio Lula da Silva tem várias lições. A primeira, que o tamanho do sentido desta vitória não se mede pela escassa margem de votos. Eles têm sim seu significado, mas a grandeza foi o povo devolver ao Brasil a possibilidade de estancar a onda nazifacista. Redimiou-se e teve um papel de resistência ao golpismo o poder judiciário, especialmente o Supremo Tribunal Federal.

Abre-se, assim, em 2023 uma nova janela para renascer das cinzas num duplo desafio. Recuperar os estragos e pautar uma agenda de avanços na economia, na saúde, no emprego, na educação, na cultura. A frente amplíssima, de interesses conflitantes e até opostos em muitos aspectos, que foi necessária para eleger-se e agora governar, impõe às organizações científicas, culturais, sindicatos e movimentos sociais um papel fundamental para que o pêndulo se incline para atendimento dos direitos sociais da grande maioria do povo brasileiro. Uma tarefa que não é só do governo, mas nos cabe como instituições e cidadãos. Quatro

anos, tem que valer por oito para não dar nenhuma chance às forças de extrema direita retornar ao poder.

3) Em suas análises, o senhor realça a relação da política educacional com o projeto societário e de desenvolvimento do país ao longo do tempo. Qual a sua avaliação sobre as continuidades e mutações nos rumos do projeto societário e da economia do Brasil a partir de 2015? Como estas continuidades e mutações repercutiram sobre a política educacional no geral, e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em particular ?

O que expus acima (na questão anterior), em parte responde a esta questão. Na longa duração, na opção da burguesia por projeto de capitalismo dependente e de modernização conservadora (simbiose do moderno e do atraso) a universalização da educação básica de qualidade não só não cabia, como foi sistematicamente impedida. Os avanços que implicaram mudanças na sociedade e na educação, embora sem alterações estruturais, sempre foram impedidos por golpes de Estado ou ditaduras. Na década de 1930 houve o movimento dos Pioneiros da educação em defesa da escola e educação públicas. Anísio Teixeira, diante da interrupção e, especialmente do início de entrega da Formação Profissional sob direção do patronato com criação do Serviço de aprendizagem industrial (SENAI) e o Serviço de aprendizagem Comercial (SENAC), atualmente um amplo sistema – Sistema S – observava que se proclamava a educação como valor, mas isso era apenas formalmente.

Finda a ditadura Vargas tivemos o mais rico movimento da sociedade por reformas de base e em defesa da escola pública e erradicação do analfabetismo. O livro *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire é a síntese deste tempo virtuoso para a sociedade e para a educação. Foi interrompido por vinte e um anos de ditadura empresarial militar. Foi durante este longo período ditatorial que se fez reformas da pré-escola à Pós-graduação sob a ideologia do “capital humano”. Aqui se estabelece uma inversão: a escola e educação públicas até então se vinculavam à sociedade, mas a partir desta época passaram a ser vinculadas ao mercado e aos seus valores.

A nova Constituição e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) afirmaram a educação básica, fundamental e média, como direito social e subjetivo universal. Não só isto não foi cumprido ao longo da década de 1990, mediante as políticas neoliberais, mas entramos numa faz de investida à pedagogia mercantil na educação pública.

Os treze anos de governos populares não demarcaram reformas estruturais, mas os avanços na educação pública são inequívocos. Destacaria a criação e, especialmente,

interiorização dos IFs como a maior política pública de ensino de qualidade que já tivemos no Brasil. Mas a criação, também, de dezoito Universidades públicas, atendendo demandas dos movimentos sociais e de regiões do interior

O golpe de Estado de 2016, ao entregar o governo a um grupo de extrema direita, agregando ao que expus acima, representou uma regressão econômica, social, cultural, política e no campo da educação profunda. Um governo que se pautou por uma agenda moralista e nazifascista trazendo para o campo da educação a pedagogia do ódio, da ameaça, da calúnia e do medo. No caso das Universidades e dos IFs interferindo em sua autonomia e asfixiando com cortes absurdo sem seus orçamentos impedindo a manutenção de serviços elementares e determinando a evasão dos mais pobres. No caso da Educação Profissional e Tecnológica o que se buscou foi transformá-la num “escolão” caminhando para ser um sistema esse (“sistema-S”) estatal, mas não público como demonstra a tese do professor Tiago Fávero da Silva, do IFSudesteMG- *Contrarreformas Neoliberais e Formação para o Trabalho nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: entre o público e o privado* (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PP/UER), 19 de dez. 2023).

4) Sobre a identidade dos Institutos Federais, o senhor chama a atenção para o fato de que a criação da Rede Federal se fez a partir da assimilação das escolas agrotécnicas já existentes. Em todo o território nacional esta rede oferta uma diversidade de cursos associados à agropecuária. Se por um lado a expansão da agropecuária (no modelo hegemônico atual) contribui com a balança comercial, por outro, ela exige cada vez mais territórios, em muitos casos chocando-se com identidades de grupos socioculturais que enriquecem a cultura do país. Qual a avaliação que o senhor faz da expansão do Agronegócio? Como o senhor acha que os Institutos Federais poderiam lidar com o dilema da expansão do agronegócio e a preservação/manutenção dos diferentes grupos socioculturais que tem sua territorialidade no campo?

O uso de tecnologia para aumento de produtividade tem sido uma constante ao longo dos séculos, sendo que o primeiro instrumento foi a mão e através dela e a faculdade do ser humano de projetar suas ações, que se construíram ferramentas e, com o desenvolvimento da ciência, o patamar científico e tecnológico que temos hoje. Assim, é preciso distinguir a ciência e a tecnologia como valores de uso que se constituem em extensão de membros e sentidos humanos, da forma que a ciência e tecnologia entram nas relações sociais de produção capitalistas na lógica de produzir mercadorias, produtos, serviços para o lucro.

Duas análises de Karl Marx, da segunda metade do Século XIX, elucidam esta distinção e nos ajudam entender em que perspectiva a agroindústria ou o agronegócio atua predominantemente em relação à terra, e à natureza em seu conjunto, a biodiversidade e as culturas locais e seus saberes: **“A grande indústria e a agricultura”, conclui: “Por isso a grande indústria só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”** (grifos meus) (MARX Karl, Livro I de O Capital) (1867), apud FRIGOTTO, G., CSLDART, R.S e CIAVATTA, M. **História, natureza, trabalho e educação** – Karl Marx & Friedrich Engels, São Paulo, Expressão Popular, 2020, p. 545.

Na segunda indicação, no texto de 1894 (Capital, Livro III), Marx mostra como a indústria e a agricultura atuam nas relações de produção capitalista de forma conjunta em seu caráter destrutivo do trabalhador e da natureza.

Referindo-se à indústria e à agricultura conclui:

“Se num primeiro momento elas se distinguem pelo fato de que a primeira devasta e destrói a força de trabalho, e com isso, a força natural do homem, ao passo que a segunda depreda mais diretamente a força natural da terra, posteriormente no curso do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, uma vez que o sistema industrial na zona rural também exare os trabalhadores, enquanto a indústria e o comércio, por sua vez, fornecem à agricultura os meios para o esgotamento do solo” (Grifos meus) (IBID, p.548).

Cento e cinquenta anos depois destes escritos, hoje esta realidade é mais evidente. A expansão do agronegócio se efetiva com sistemático desmatamento, uso de agrotóxicos cada vez mais agressivos que aniquilam a terra, a água, os alimentos e a saúde.

Com ao aniquilamento da biodiversidade, que afeta o equilíbrio da natureza e com ele a vida humana, as culturas e os saberes locais, especialmente dos povos originários, mas, igualmente, dos ribeirinhos e comunidade quilombolas. A expansão agrícola predatória, junto ao crime do garimpo ilegal, está dizimando, literalmente, povos como os Yanomami. E pelo que se está analisando estamos diante de uma estratégia de genocídio consentido por autoridades locais e federais. E isto se agravou de forma profunda ao longo dos quatro anos do bloco de poder liderado por Jair Messias Bolsonaro. Seus pronunciamentos contra esses povos e direitos humanos estão mais que documentados.

Algumas declarações de ministros de Bolsonaro, na cínica Reunião Ministerial de 22 de abril de 2020, elucidam esta visão contra os povos originários, leis de proteção ambiental e

a demarcação de terras. A postura reiterada é de que os índios teriam que se civilizar e que, portanto, não haveria porque eles terem tantas terras improdutivas que impedem o progresso. As falas de três ministros, o da Educação, o do Meio Ambiente e dos Direitos Humanos escancaram a agenda de liquidar com os direitos e a cultura dos povos originários

Abraham Weintraub, então Ministro da Educação afirma: “*odeio, odeio, odeio esse termo povo indígena*”. E essa agenda continua de forma enfática pelo Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles: *O esforço nosso aqui enquanto estamos num momento de tranquilidade de cobertura de imprensa porque só fala de Covid e ir passando a boiada (...)* Agora é hora de reunir esforços para dar de baciada a simplificação regulatória. Por fim, a ministra Damares Alves do Ministério da Mulher, Família, e Direitos Humanos, preocupada com a reprodução dos quilombolas e com seus valores complementa: *Então, tudo que nós fomos construir, nós vamos ter que ver ministro, a questão dos valores. Nossos quilombos estão crescendo e os meninos estão nascendo nos quilombos e seus valores estão lá. Então, tudo vai ter que ver a questão dos valores*” (Ver: <https://www.brasilefato.com.br/2020/05/27/desprezo-a-milhares-de-mortes-odio-aos-indios-e-quilombolas-pobres-e-servidores>. Acesso em: 01.02.2023).

Esta mentalidade etnocêntrica e criminoso tem que ser analisada e punida e enfrentada no âmbito da sociedade e do Estado. A criação, em si, pela primeira vez em nossa história, dos Ministérios dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial, além do de Diretos Humanos, aponta uma direção para uma nova postura, radicalmente oposta ao que historicamente tem se feito com os povos originários e o povo negro.

Os IFs, particularmente os situados na região amazônica, têm a possibilidade de inserir-se institucionalmente, com projetos, atividades e ações no ensino, na pesquisa, na extensão, com uma agenda comum, particularmente com os Ministérios dos Povos Indígenas, da Igualdade Racial, do Meio ambiente e da Educação e os diferentes órgãos federais, estaduais e municipais situados na região.

5) De que maneira o senhor vislumbra a inserção da biodiversidade e diversidade cultural dos povos da Amazônia (povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhos etc.) como contribuição a um projeto societário diverso do atualmente em curso no Brasil? Nesta questão, imaginamos o senhor poderia apresentar apontamentos de qual seria o papel da EPT nesta inserção.

Os IFs, pelo que demonstram várias dissertações e teses e trabalho de pesquisa que realizo desde 2012 sobre a sua relação com o “desenvolvimento sustentável” e melhoria das condições de vida das populações locais, têm grande potencial, mormente no interior, de um trabalho educativo de uso de tecnologias limpas, preservação da natureza, da biodiversidade e das culturas e saberes dos povos originários e das comunidades que atuam no campo.

Esse potencial, todavia, é limitado por um lado pela pressão do agronegócio sobre as gestões dos IFs e dos professores, mas também pelo engajamento de segmentos dos IFs na lógica predatória das relações de produção no campo. Assim, o desafio dos IFs começa por um debate interno sobre a compreensão do que seja, de fato, desenvolvimento sustentável e o que demanda para não arruinar a terra, o solo, a água, a saúde, a biodiversidade e a experiência milenar e os saberes dos povos originários. Cabe, neste sentido, um debate sobre a diferença entre segurança alimentar, propalada pelo agronegócio e soberania alimentar e sobre agroecologia.

Não é que o termo segurança alimentar não seja importante. É impactante que o conjunto da produção de alimentos é enorme, pois somos o primeiro exportador de carnes e um dos primeiros em grão e, ao mesmo tempo, temos 130 milhões em carência alimentar e 33 milhões com fome endêmica. A realidade, assim, desmente o discurso reiteradamente feito no Brasil que produzimos segurança alimentar. E o que é pior, a monocultura vai incorporando as pequenas propriedades, fazendo uma reforma agrária inversa: ampliando os latifúndios e destruindo os meios de se ter soberania alimentar, empurrando grande quantidade de pessoas para as periferias das grandes e médias cidades. A soberania alimentar implica o acesso democrático à terra, uma produção não contaminada por agrotóxicos e que produza alimento para quem trabalha no campo e na cidade. Sobre este tema o livro de Joaquim Gonçalves da Costa – *Soberania alimentar dimensão material, prático-política e utópica* – (Rio de Janeiro, Editora do LPP/UERJ, 2021) é uma referência fundamental, Em relação à ciência e prática da agroecologia, o *Dicionário de Agroecologia e Educação*, organizado por Alexandre Pessoa; Anakléia de Barros S. Luiz Henrique Gomes de Moura e Maria Cistina Vargas (São Paulo, Expressão Popular, 2021) contêm um material básico para estudo e ação prática.

Mas o papel imediato e que pode ter efeitos estruturais de longo prazo pode dar-se naquilo que identifica a atuação dos IFs em todos os setores da produção no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão e gestão. E isto, em parte, vem sendo feito em todos os IFs. No ensino, certamente a direção é focar na expansão e consolidação do ensino médio integrado.

Este que possibilita o equilíbrio de um currículo que permite às novas gerações entender como funciona a sociedade e como funciona a natureza. Natureza da qual fazemos parte e de que dela nos distinguimos pela capacidade de pensar, de projetar modificar o que fazemos.

Neste particular o grande esforço é buscar institucionalmente negociar com o Ministério da Educação de ter a liberdade de não seguir a contrarreforma do ensino médio. Esta líquida, não só como Integrado, mas com o sentido de educação básica. Outro aspecto a ser enfrentado nos IFs é de que eles não se tornem instituições que atuam cada vez mais em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou em cursos *online* sob pacotes de formação precária. Essa tendência, como mostra a tese de Tiago Fávero da Silva, acima referida, foi forte especialmente a partir de 2019. Aqui a identidade dos IFS, caso essa tendência se mantenha, se evaporará.

6) Qual a reflexão que o senhor faz sobre o aprimoramento dos instrumentos da política de EPT, no sentido de que a mesma esteja alinhada à construção de uma nação baseada na liberdade e igualdade de oportunidade para todos/todas? Quais as condicionantes que limitam e quais as oportunidades para este aprimoramento?

Os IFs têm um corpo de profissionais privilegiados, com a mais alta qualificação acadêmica e profissional e uma carreira docente com tempo integral ou dedicação exclusiva que lhes permite abrir uma agenda de tempo para debater as grandes questões nacionais, da democracia, da concentração fundiária e de renda, da fome, do racismo e o massacre dos jovens negros e lideranças de movimentos sociais do campo, dos agrotóxicos, da saúde, da educação pública, da cultura e de nossa diversidade cultural, da homofobia, misoginia e feminicídio, etc. Temas que, como sublinhei acima, incidem nas duas tarefas inseparáveis do professor: ensinar e educar. Por isso, política, no sentido de colocar na agenda pública aquilo que necessita ser alterado para que tenhamos de fato democracia, desenvolvimento sustentável e direitos básicos, sociais e subjetivos, garantidos a todos. Desde a década de 1990 e cada vez mais, no bojo das políticas neoliberais, reforçadas pela agenda cultural moralista e de movimentos ideológicos como o da “Escola sem Partido” ou do Movimento “Todos pela Educação”, busca-se separar o ensinar do educar, delegando este último à família à religião.

A extensão e a pesquisa, integradas ao ensino, podem ter, e em grande parte já tem, um grande papel de execução de projetos, os mais diversos, na melhoria de inúmeros âmbitos da vida das populações locais, mormente das periferias urbanas e das comunidades do interior. Neste particular há um amplo espaço de atuação dos IFs, no campo do ensino, da

cultura, da saúde, do saneamento, da produção agroecológica, do uso adequado do solo, formação de incubadoras, apoio na organização cooperativa, etc. Neste sentido destaco aqui o texto, que em breve será livro, resultado do Pós-doutoramento do professor André Diniz de Oliveira, atualmente Reitor do IF Sudeste MG – *O ensino médio integrado como centro de ações, gerador e receptor dos movimentos didáticos e pedagógicos: um olhar sobre a práxis do IF Santos Dumont/MG*. Na sua análise, o autor agrega um elemento fundamental no projeto institucional de integração das diferentes atividades dos IFs, incluindo a gestão. Assim, o desafio é de integrar ensino, pesquisa, extensão e a gestão.

O grande desafio, a começar pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), é no dissenso qualificado, buscar consensos possíveis nesta direção para terem força de negociação junto aos órgãos que ditam a política educacional e, especificamente, a Educação Profissional e Tecnológica. A estratégia do “eu primeiro”, de nossa cultura, não só enfraquece a rede e, certamente a sua identidade, mas é um forte meio de desagregação institucional.

Sob este aspecto há que se ter presente que a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva é um aspecto de alívio em relação ao desmonte que se efetivou desde 2016. Isto, de imediato permitirá não seguir perdendo e mesmo recuperar autonomia e parte do financiamento perdido e, com isto, retomar programas de assistência estudantil, bolsas, transporte, etc. Todavia, dado o amplo espectro de forças sociais contraditórias que fazem parte da base do governo, a própria identidade do projeto de criação dos IFs pode ser alterada significativamente. A filosofia da pressa e do atalho que se esboça na atual gestão do Ministério da Educação, buscando “nacionalizar” o modelo Ceará de Educação Estatal, mas pela concepção de educação dos institutos privados do Movimento Todos pela Educação, pode ser um elemento de dificuldade para manter a proposta original dos IFs. A contrarreforma do ensino médio, diria, pelo que afirmei desde a primeira questão desta entrevista, se sua aplicação for obrigatória, será um empecilho fatal. OCONIF e a rede, se trabalharem politicamente em conjunto, têm força para garantir autonomia de não aderir à mesma. Sob este aspecto, um papel importante dos IFs, em todo o país, é dialogar e atuar mais junto às redes Estaduais de ensino.

7) Pedimos que o senhor conclua sua contribuição da maneira que se sentir mais a vontade, mandando uma mensagem a todos/todas que têm a missão de fazer a EPT em áreas da Amazônia que são marcadas pela tensão e disputas entre diferentes visões de mundo e de projetos societários (cabe lembrar que aqui estão localizados povos e comunidades tradicionais, mas também grupos defensores do agronegócio, do garimpo etc.).

Gostaria de realçar alguns aspectos sob os quais têm que ver o fato de que, certamente, dos povos originários amazônicos, das comunidades quilombolas e dos ribeirinhos, nós, intelectuais de profissão, temos que aprender muito, em especial aqueles que vivemos fora desta região. Começo com um depoimento pessoal de um encontro que tive um dia após a conferência de abertura de um seminário no *Campus* de Cametá, da Universidade Federal do Pará (UFPA), a convite do prof. Doriedson Rodrigues, diretor do *Campus* e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE). Reunidos com a equipe de orientandos e outros estudantes tive por eles uma interpelação que ao longo de mais de quarenta anos que pertenço ao GT Trabalho e Educação da Associação nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED), sendo um de seus fundadores, nunca tinha tido. E isso pelo simples fato de que somente a partir da particularidade histórica, cultural e humana da região amazônica poderia surgir. E a questão foi o de como eu entendia a especificidade que assumia a concepção de trabalho no contexto da cultura, tradição, experiência, modos de produção e de vida dos povos amazônicos? Diria que no diálogo com estes jovens mais aprendi do que ensinei na minha resposta.

Acompanho o GEPTE desde a criação e vejo que ao longo dos seus 20 anos tem dado uma contribuição fundamental para entender os modos de produção da vida, o trabalho na sua relação com a natureza e a coletividade dos povos originários e o quanto o garimpo e o agronegócio predatório vêm dizimando esta realidade.

A segunda edição do Encontro Nacional INTERCRÍTICA, que reúne o grupo de pesquisa *Trabalho e Educação* (GT 09 da ANPED) nas dependências da Universidade Federal do Pará (UFPA), no período de 26 a 28 de agosto de 2014, organizado pelo GEPTE, sob a liderança do professor Ronaldo Marcos de Lima Araujo, não por acaso teve como tema geral: “*Por uma (nova?) pauta para a Pesquisa em Trabalho e Educação no Brasil*”. Também, não por acaso, o tema da mesa 04 foi: *Cultura do trabalho, movimentos sociais e produção de saberes*.

Concomitantemente, especialmente desde esta época, pesquisadores do GEPTE formaram, com pesquisadores de diferentes partes do Brasil, um grupo que estuda, interage e pesquisa com o tema *Modo(s) de vida e modos de produção da existência humana, produção associada e produção de saberes*. Como pesquisadoras e pesquisadores que encabeçam grupos de estudos e pesquisa com este tema ou correlatos destaque: Lia Tiriba (UFF/RJ), Maria Clara Bueno Ficher (UFRGS), Doriedson Rodrigues, (UFPA), William Kennedy do Amaral Souza (IF/RO). O XII Seminário Nacional sobre Trabalho e Educação, promovido e coordenado pelo GEPTE e o qual comemorava seus 20 anos de existência, retomou com ênfase esta temática. Uma das mesas centrais foi de *Trabalho, Modos de produção da vida no Brasil e na Amazônia* com exposição das professoras Nadia Castro do NAEA/UFPA e Maria Clara Bueno Ficher da UFRS.

Muitos professores dos IFs da região amazônica se formaram na UFPA e vários participam do GPTE. Os IFs em seus *Campi*, particularmente interiorizados na vasta Amazônia, têm um papel central de ampliar estudos que relacionem trabalho, cultura, modos de produção da vida e novos saberes dos povos originários, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores. Com a relevância que assumiu a questão da preservação da Amazônia mundialmente, a criação dos Ministérios dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial, abre-se uma janela de oportunidades de novos projetos, com novos financiamentos. Um vínculo cada vez mais orgânico dos IFs no ensino, pesquisa e extensão com a UFPA e demais Universidades de outros estados amazônicos e com os profissionais das redes públicas de ensino e com os movimentos sociais do campo dará muita força para fazer nosso país entender que é da cultura, das formas que assume o trabalho na produção da vida e dos saberes que daí emanam, que se pode aprender o respeito à diversidade e à sustentabilidade substantiva e não apenas adjetiva.

As 10 mensagens para o mundo, divulgadas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), quando o Supremo Tribunal Federal julgava matérias definidoras do futuro dos povos originários, é um testamento a ser defendido e pautado no detalhe e no todo.

1) A história dos povos indígenas do Brasil não começa em 1500, nem em 1988 2) Nossas terras são nossas vidas, não fonte de lucro 3) Nós guardamos as florestas e isso faz bem para todo mundo 4) Nossa diversidade e nossa ancestralidade nos unem 5) A maior parte das terras está nas mãos dos latifundiários – e eles as estão destruindo! 6) Nossa luta também é pelo futuro da humanidade 7) Nós indígenas lutamos por nossas vidas há 521, e isso é sinal de que algo está muito errado 8) Nós temos um projeto de mundo e queremos ser ouvidos! 9) Nós estamos aqui e aqui permaneceremos 10) O Brasil é terra indígena! A Mãe do Brasil é indígena!

<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/26/10-mensagens-dos-povos-indigenas-do-brasil-para-o-mundo> . Acessado em 02.02.2023.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2023.

Gaudêncio Frigotto.

REFERÊNCIAS

COSTA, Joaquim Gonçalves da. **Soberania alimentar dimensão material, prático-política e utópica**, Rio de Janeiro, Editora do LPP/UERJ, 2021.

FRIGOTTO, G., CSLDART, R.S e CIAVATTA, M. **História, natureza, trabalho e educação** – Karl Marx & Friedrich Engels, São Paulo, Expressão Popular, 2020.

PESSOA, Alexandre; BARROS, Anakléia de; MOURA, Luiz Henrique Gomes de Moura e VARGAS, Maria Cistina (Orgs). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SITE CONSULTADO

<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/27/desprezo-a-milhares-de-mortes-odio-aos-indios-e-quilombolas-pobres-e-servidores> . Acesso em: 01.02.2023.

Recebido : 09 de fevereiro de 2023.

Aprovado: 30 de novembro de 2023.

Publicado: 1 de janeiro de 2024.

Autoria:

Autor 1: João Maciel de Araújo

Doutor em Ciências Sociais pela UNESP de Araraquara (SP) e docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Humaitá (AM).

Instituição: IFAM

E-mail: joao.maciel@ifam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8180-9754>

País: Brasil

Autor 2: Rita Clara Vieira da Silva

Professora Substituta de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Humaitá, especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos, pelo Departamento de Ciências Sociais da UNIR, mestranda em História da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia – PPGHAM, UNIR

Instituição: IFAM

E-mail: rita.clara@ifam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5226-1129>

País: Brasil

Autor 3: Cristiangrey Quinderé Gomes

Mestra em Educação pela UNIR de Porto Velho (RO) e docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Humaitá (AM).

Instituição: IFAM

E-mail: cristiangrey.gomes@ifam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7499-169X>

País: Brasil

Autor 4: Gaudêncio Frigotto

Doutor em Educação: História, Sociedade e Política. Professor Titular em Economia Política da Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF), atualmente professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPF), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Instituição: UERJ

E-mail: gfrigotto@lwmail.com.br

Orcid: 0000-0002-2023-5654

País: Brasil